

Conteúdo programático de prática processual - 9º semestre - Noturno

1. Prática Processual Constitucional

1.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

O município de Ordilheira/PI editou a Lei 1500/19, que veda a instalação de novas empresas do seguimento de serviços automotivos a menos de 200 metros de estabelecimento de mesma natureza, sob o argumento de que é o Município competente para estabelecer o zoneamento das atividades produtivas e de que era necessário impedir a concorrência predatória que vinha ocorrendo na Cidade. Essa lei entrou em vigor no mesmo dia que a empresa XYZ LTDA, solicitou ao município a expedição de alvará autorizando o funcionamento de uma oficina automotiva a 150 metros de um estabelecimento gerido por empresa concorrente.

O Secretário da Administração do município indeferiu a solicitação do alvará, sob o argumento de que seria ilegal a autorização do funcionamento do referido estabelecimento, por violar a Lei 1500/19.

Diante de referida situação, **elabore a peça processual compatível** que vise a impugnação, com base em argumentos de cunho constitucional, no que diz respeito a validade do ato administrativo que indeferiu a solicitação da expedição de alvará.

2. Prática Processual Civil

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Guttentag Nacht da Silva promove execução de contrato por ele celebrado com Sidaí Indústria de Móveis Ltda., isto para obter a entrega de certos móveis que dela adquiriu. No curso da demanda executiva Guttentag descobre que a Sidaí não tem como cumprir o contrato nos moldes originais, e que mudou de endereço, estando sua sede em local desconhecido. Como advogado de Guttentag, **adote nos autos do processo a medida cabível para que possa a execução prosseguir** e, ainda, passem a dela participar os sócios da sociedade empresária referida como executados.

3. Prática direito internacional

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

A adoção da Carta da Organização das Nações Unidas surge, igualmente, marcada pela necessidade de os Estados assumirem obrigações na resolução de conflitos por meios pacíficos e de se absterem de recorrer à ameaça ou ao uso da força nas relações internacionais.

Os seus princípios foram idealizados aquando da elaboração da Carta do Atlântico, em 1941, e proclamados na 'Declaração das Nações Unidas', em 1942, em que os países aliados se declaram na luta contra os 'países do eixo'.

A Carta foi aprovada em 26 de Junho de 1945, antes de terminar a segunda guerra mundial, e entrou em vigor a 25 de Outubro de 1945.

O contexto era, desta vez, bem diferente da situação de há 25 anos atrás, dado que se assistia à emergência de duas potências, os Estados Unidos e a União Soviética, que viriam a determinar a estrutura e o sistema mundial, bipolarizando-o durante cerca de quarenta e cinco anos. Tendo por referência o passado, a nova organização vem agora investida de poderes jurídicos que lhe permitem abranger todos os problemas mundiais, dado que à Carta foi dada primazia sobre quaisquer outras obrigações internacionais (artigo 103).

O nome 'Nações Unidas' é atribuído à proposta de Franklin Delano Roosevelt de assim qualificar a 'Declaração', assinada pelos 'Estados Aliados', a qual seria considerada predecessora da Carta.

Nesta, como se infere, a expressão 'Nações Unidas' não designa um grupo de Estados, porém a própria organização internacional, hoje, com 193 estados membros, abrange a quase totalidade dos países do mundo.

A ONU em geral, e o Conselho de Segurança em particular, têm capacidade e responsabilidades, por um lado, na promoção dos valores, na procura da paz e segurança através da Assembleia Geral das Nações Unidas e, por outro, na imposição do poder conferido às potências na resolução dos conflitos e restabelecimento da normalidade, através do Conselho de Segurança.

O Conselho de Segurança é o órgão que permite assegurar às grandes potências um direito de controlo sobre a evolução da Organização, bem como a sua preponderância no domínio da paz e da segurança internacionais. Apresenta três aspetos distintos em relação aos outros órgãos da ONU, designadamente o seu carácter permanente, na medida em que é o único órgão intergovernamental previsto na Carta das Nações Unidas, o controle das grandes potências, e a supremacia na ação de manutenção da paz e seguranças internacionais.

Desta forma o Conselho de Segurança é considerado o órgão central da ONU competindo-lhe essencialmente ser o guardião da paz e da segurança internacionais, sendo que o uso da força no Direito Internacional. (OLIVEIRA, Ana Carla Vastag Ribeiro de. *In DIREITOS POLÍTICOS E SUA EFETIVIDADE COMO DIREITOS HUMANOS: Necessária Profilaxia pelas Organizações Internacionais*. Tese de Doutorado. PUCSP: 2019, São Paulo, p.202.)

Considerando o princípio da igualdade jurídica entre os Estados, idealizado em 1648 no Tratado de Vestfalia, foi novamente restaurado no Congresso de Viena em 1815 e serve como base da fundação/criação da ONU (Organização das Nações Unidas). Analisando todo o contexto mundial, inclusive a existência e atuação de um CONSELHO DE SEGURANÇA com um número reduzido de participantes (15), sendo que cinco (5) deles tem direito à veto, que se reúnem para tomar importantíssimas decisões, ELABORE UM PARECER com no mínimo 04(quatro) laudas discorrendo sobre a compatibilidade de tal Conselho com o Princípio supra indicado, propondo soluções.

Além da opinião pessoal versada sob o aspecto doutrinário o parecer deverá obrigatoriamente responder as seguintes questões:

- Os votos de diferentes países têm o mesmo peso na Assembleia Geral?
- O que é o Conselho de Segurança?
- Como são eleitos os membros do Conselho de Segurança?
- O que acontece se as decisões do Conselho de Segurança não forem respeitadas?
- É necessário reformar o Conselho de Segurança?

3.2.– Atividades externas

- Assistir 03 (três) audiências de instrução e julgamento, da **Justiça Comum Cível**, pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar o **comprovante**.
- Assistir a 02 (duas) sessão de julgamento no **Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal**, cuja lide envolva Direito Civil e Processo Civil, mediante preenchimento de relatório, contendo, os dados do processo.
- ⇒ **Obs** : O prof. João Batista Vilhena, 3º juiz da 17ª Câmara de Direito Privado do TJ/SP, autorizou que os alunos assistissem as sessões de maneira remota. As sessões ocorrem as quartas telepresencial, a partir das 13:30 horas. A cada semana será encaminhado o link de acesso das sessões pelos representantes de sala.

4. Estágio 40 horas

- Estágio no Núcleo de Prática Jurídica, mediante preenchimento de relatórios, ou comprovação de realização de Estágio externo por meio de Termo de compromisso de estágio ou declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Ou

- Alternativa para os alunos que não podem cumprir 40 horas.**
O aluno deverá responder as 3 questões/problemas abaixo de acordo com o solicitado em cada uma delas.

1) Travertino Rocha foi vencedor em certa ação que lhe resultou em crédito de R\$5.000,00. Agora pretende ele obter o pagamento deste montante frente ao devedor, Otarino Medalha. Como advogado de Travertino promova a medida correta para que ocorra o pagamento almejado.

2) No início de um ano eleitoral, o Congresso Nacional aprovou e promulgou uma emenda constitucional suprimindo a alínea “a” do inciso II do §1º do art. 14 da Constituição e alterando o §2º do mesmo dispositivo, que passaria a ter a seguinte redação: “Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.” Ocorre que, no intervalo entre o primeiro e o segundo turno de votação da proposta (PEC) no Senado Federal, o Presidente da República havia decretado intervenção federal num determinado Estado da federação. Diante da dúvida generalizada a respeito do direito de voto dos analfabetos na eleição que ocorreria naquele ano, o Procurador-Geral da República houve por bem ajuizar ADI contra a referida emenda constitucional. A esse respeito, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso. a) Uma emenda constitucional pode ser objeto de ADI? b) Há inconstitucionalidade formal ou material na emenda em questão?

3) Sebastian Coe foi informado de que órgãos de inteligência governamentais possuem arquivos com registros de suas atividades cívicas. Curioso quanto ao seu conteúdo, requer o imediato acesso aos registros. A autoridade competente indefere, aduzindo ser segredo de Estado. Nos termos da Constituição Federal elabore o instrumento de controle judicial passível de utilização ao caso concreto.